

ANEXO 14

MECANISMO DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•] PARA A CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS DENOMINADO SISTEMA DE TRAVESSIAS.

1. INTRODUÇÃO

1.1. A CONCESSIONÁRIA fará jus à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a partir do início da FASE DE OPERAÇÃO até a extinção do CONTRATO, salvo se materializada a hipótese de reestabelecimento da FASE DE TRANSIÇÃO, nos termos do APÊNDICE 08.

1.1.1. A CONCESSIONÁRIA deixará de ter direito ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA desde a emissão da ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO até a ORDEM DE REESTABELECIMENTO DA OPERAÇÃO.

1.2. Caso haja atraso no início da FASE DE OPERAÇÃO atribuível à CONCESSIONÁRIA, a CONCESSIONÁRIA somente terá direito ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA correspondente quando do efetivo início, sem fazer jus a qualquer acréscimo a título de juros ou correção monetária.

1.2.1. O valor ao qual a CONCESSIONÁRIA fará jus será aquele definido nos termos deste ANEXO, sendo certo que, para que os cálculos sejam realizados, a CONCESSIONÁRIA deverá ter empreendido todas as medidas necessárias para gerar os dados necessários para calcular a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA, incluindo a implantação dos sistemas responsáveis pela contabilização dos veículos e dos passageiros transportados.

1.3. Considerar-se-á como a data de referência para fins do início da FASE DE OPERAÇÃO o 1º dia da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA.

2. CÁLCULO DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

2.1. A partir do início da FASE DE OPERAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, que será paga mensalmente, nos termos deste ANEXO e da seguinte fórmula:

$$CP_m = CPE_m - RT_m$$

Onde,

CP_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser paga no mês m ;

CPE_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA referente ao mês m , nos termos do item **Error! Reference source not found.**;

RT_m é a RECEITA TARIFÁRIA recebida pela concessionária no mês de referência m ;

2.2. a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA será calculado nos termos na seguinte fórmula:

$$CPE_m = (PF_m + PV_m) \times (1 - DD_m)$$

Onde,

CPE_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA referente ao mês m ;

PF_m é a PARCELA FIXA da CPE_m referente ao mês m ; nos termos do item **Error! Reference source not found.**;

PV_m é a PARCELA VARIÁVEL da CPE_m referente ao mês m ; nos termos do item **Error! Reference source not found.**;

DD_m é o DESCONTO DE DESEMPENHO vigente para o mês m , nos termos do item **Error! Reference source not found.**;

2.3. Cálculo da PARCELA FIXA e da PARCELA VARIÁVEL da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA:

$$PF_m = CPB_m \times FV_m \times F_o$$

$$PV_m = CPB_m \times 0,76 \times \frac{(VR_m - VB_m)}{VB_m} \times F_o$$

CPB_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA referente à proposta comercial vencedora a ser paga mensalmente;

FV_m é o FATOR DE VOLUME OPERACIONAL para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA no mês m , nos termos do item **Error! Reference source not found.**

VR_m é o número de VIAGENS REALIZADAS no mês m ; sendo igual ou maior ao valor de VB_m ;

VB_m é o número de VIAGENS-BASE PROGRAMADAS no mês m ; nos termos do item **Error!**

Reference source not found.5;

FO_m é o FATOR DE OPERAÇÃO para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA no mês m , nos termos do item 2.5;

2.4. Por definição, o valor do adicional de viagens apurado com base na fórmula $(VR_m - VB_m) / VB_m$ não é inferior a zero, de modo que não pode resultar em valor negativo.

2.5. O número de VIAGENS-BASE PROGRAMADAS (VB_m), o FATOR DE VOLUME OPERACIONAL FV_m e FATOR DE OPERAÇÃO (FO_m) para o cálculo do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA no mês m estão detalhados na Tabela 1:

Tabela 1 – Número de VIAGENS-BASE PROGRAMADAS (VB_m), FATOR DE VOLUME OPERACIONAL (FV_m) e FATOR DE OPERAÇÃO (FO_m)

Ano	Mês	VB_m	FV_m	FO_m
1	1 ao 12	740.941	1,0000	0,75
2	13 ao 24	750.515	1,0129	0,80
3	25 ao 36	760.042	1,0258	0,85
4	37 ao 48	769.451	1,0385	0,90
5	49 ao 60	778.640	1,0509	0,95
6	61 ao 72	787.432	1,0627	1,00
7	73 ao 84	795.850	1,0741	1,00
8	85 ao 96	804.009	1,0851	1,00
9	97 ao 108	811.944	1,0958	1,00
10	109 ao 120	819.665	1,1062	1,00
11	121 ao 132	827.187	1,1164	1,00
12	133 ao 144	834.479	1,1262	1,00
13	145 ao 156	841.549	1,1358	1,00
14	157 ao 168	848.372	1,1450	1,00
15	169 ao 180	854.942	1,1539	1,00
16	181 ao 192	861.268	1,1624	1,00
17	193 ao 204	867.382	1,1706	1,00
18	205 ao 216	873.238	1,1786	1,00
19	217 ao 228	878.870	1,1862	1,00
20	229 ao 240	884.232	1,1934	1,00

Cálculo do DESCONTO POR DESEMPENHO

2.6. O DESCONTO DE DESEMPENHO será calculado nos termos na seguinte fórmula:

$$DD_m = 1 - (0,8 + 0,2 \times IQS)$$

Onde,

IQS é o INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO, vigente para o mês, nos termos do ANEXO 8 e do CONTRATO, variando de 0 a 1.

3. REAJUSTES E OUTRAS AVENÇAS

Reajuste dos componentes da remuneração

- 3.1. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA da proposta comercial vencedora será reajustada anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do IPCA ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO:

$$CPB_{i-n} = CPB_{i-db} \times (IPCA_n / IPCA_{db})$$

Onde,

CPB_{i-n} é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA da proposta comercial vencedora *i* válida durante o ano contratual *n*;

CPB_{i-db} é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA da proposta comercial vencedora *i* calculada por meio da conversão indicada nos termos da fórmula constante do item 1.1, com valor na DATA BASE;

IPCA_n é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês anterior ao do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA da proposta comercial vencedora; e

IPCA_{db} é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE *i*.

- 3.2. O primeiro reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA da proposta comercial vencedora será realizado na data em que se iniciar a FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, considerando-se como mês de referência para o cálculo o mês calendário anterior, e os demais reajustes serão realizados anualmente, a partir da data do reajuste anterior.

- 3.3. Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o disposto neste item 3 a forma de reajuste deverá ser adequada aos novos dispositivos legais, devendo ser avaliada a ocorrência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO decorrente desta alteração.
- 3.4. Na hipótese de não ser conhecido o índice de reajuste previsto neste item 3, a fim de permitir que o seu cálculo seja feito na data de sua aplicação, adotar-se-á, de forma provisória, o índice calculado com base na última variação mensal disponível, até a data de sua aplicação, sem prejuízo da observância da periodicidade do reajuste.
- 3.4.1. Quando da publicação do índice definitivo, far-se-á a apuração e o correspondente ajuste financeiro da diferença, a maior ou a menor, considerada a mesma data de aplicação do reajuste que tenha dado origem à ocorrência, e efetuando-se o pagamento à CONCESSIONÁRIA da diferença calculada a seu favor, ou o desconto da diferença calculada a favor do PODER CONCEDENTE, no mês subsequente.
- 3.5. Na eventualidade de algum dos elementos do índice de reajuste previsto neste item 3 deixar de existir, a ARTESP passará de imediato à aplicação do índice substitutivo, nos termos da legislação aplicável.
- 3.5.1. Caso não seja oficializado um índice substitutivo, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA definirão de comum acordo o novo índice, adotando-se, na hipótese de não se alcançar consenso, os procedimentos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.
- 3.6. Para efeitos de reajuste dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, os valores serão calculados com 4 (quatro) casas decimais, desprezando-se os valores calculados a partir da 5ª (quinta) casa decimal, sendo arredondados mediante a aplicação dos seguintes critérios:
- 3.6.1. Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero); e
- 3.6.2. Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se-á de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

Aplicação dos reajustes

- 3.7. O cálculo do reajuste será feito pela CONCESSIONÁRIA e encaminhado à ARTESP com 10 (dez) dias de antecedência da data de cada reajuste.
- 3.7.1. A ARTESP poderá determinar à CONCESSIONÁRIA a correção do cálculo referido no item 3 até a véspera da data fixada para cada reajuste, obrigando-se a CONCESSIONÁRIA a realizar as correções determinadas.
- 3.7.1.1. O reajuste será efetivado nos termos da determinação da ARTESP, sendo certo que caso a CONCESSIONÁRIA discorde de referida determinação, ela poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsia disciplinados no Anexo 19.
- 3.7.2. Caso a ARTESP não se manifeste sobre o cálculo referido no item 3.7 até a data do reajuste, será aplicado automática e provisoriamente o valor proposto pela CONCESSIONÁRIA, até a homologação da ARTESP, quando então far-se-á o eventual desconto ou majoração, na CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA subsequente, de eventuais valores que tenham sido recebidos a maior ou a menor pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.7.2.1. Na hipótese do item acima, a ARTESP poderá decidir por realizar os descontos ou majorações nas NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO subsequentes em única ou múltiplas parcelas, dentro do ano calendário de aplicação do reajuste, observando-se a solvência e a liquidez da CONCESSIONÁRIA, bem como as obrigações nos financiamentos por ela contratados.
- 3.8. A ARTESP somente poderá deixar de homologar e autorizar o reajuste dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA se demonstrar, fundamentadamente, que:
- (i) Houve erro no cálculo realizado pela CONCESSIONÁRIA para alcançar o valor reajustado dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, hipótese em que aplicar-se-á o disposto no item 3.7.1; ou
 - (ii) Não se completou o período para a aplicação do reajuste.

4. D LIQUIDAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS A TÍTULO CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO E DESCONTO DE DESEMPENHO

- 4.1. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA será paga pelo PODER CONCEDENTE após NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO diretamente na CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO.
- 4.2. Até o segundo dia útil de cada mês, o BANCO DEPOSITÁRIO enviará à ARTESP e ao CONCESSIONÁRIO a Notificação de Aferição de Receitas Tarifárias, contendo o valor total de RECEITAS TARIFÁRIAS depositado na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA no mês anterior, como estipulado no Apêndice 6.
- 4.3. Com base no resultado contido no RELATÓRIO DE DESEMPENHO final, como estipulado pelo Anexo 8, a ARTESP deverá calcular a PARCELA VARIÁVEL e o DESCONTO DE DESEMPENHO para cálculo da CPE.
- 4.4. A ARTESP enviará NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO ao PODER CONCEDENTE com valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser depositada na CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, que será líquida do DESCONTO DE DESEMPENHO, mas incluirá o valor do ônus de fiscalização.
 - 4.4.1. O DESCONTO DE DESEMPENHO deve ser calculado tendo como base a CPE_m desconsiderando o ônus de fiscalização.
- 4.5. A ARTESP enviará à CONCESSIONÁRIA Notificação de Pagamento de Ônus de Fiscalização contendo o valor devido a título de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, considerando como base para aplicação do percentual estipulado pelo CONTRATO a somatória dos valores totais de RECEITAS TARIFÁRIAS, PARCELA FIXA e PARCELA VARIÁVEL da CPE_m .
 - 4.5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá pagar o ônus de fiscalização à ARTESP em até 3 dias úteis após recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA na CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO e da Notificação de Pagamento de Ônus de Fiscalização, o que ocorrer por último.
- 4.6. Caso, por qualquer motivo, sejam necessários ajustes referentes aos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, especialmente

aqueles relacionados ao INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO, estes deverão ser objeto de compensação no âmbito da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente à sua definição, salvo acordo em contrário entre as PARTES.